

**CONTRATO Nº 290/2026**
PREGÃO ELETRÔNICO 019/2026

Aquisição Equipamentos Diversos para Atenção Básica destinados a Secretaria de Saúde que celebram o MUNICÍPIO DE SALTO DO JACUÍ e a empresa KCRS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

Pelo presente instrumento de contrato celebrado entre o **MUNICÍPIO DE SALTO DO JACUÍ/RS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o número 89.658.025/0001-90, estabelecido à Rua Hermogênio Cursino dos Santos, 342, em Salto do Jacuí/RS, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **RONALDO OLÍMPIO PEREIRA DE MORAES**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa empresa **KCRS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA**, estabelecida na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 88, sala A, na cidade de Araçatuba/SP, inscrita no CNPJ sob o n.º 21.971.041/0001-03, representado neste ato por **KAREN CRISTIANE RIBEIRO STANICHESKI** doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, firmam o presente contrato de acordo com o que consta no **Processos n.º 785/2026, Pregão Eletrônico Nº 019/2026**, tipo menor preço por item, nos termos da Lei Federal 14.133/2021, estabelecem as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a aquisição Equipamentos Diversos para Atenção Básica destinados a Sec. de Saúde, com demais descrições constantes no Termo de Referência.

Empresa: KCRS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP - 21971041000103						
Item	Qtde.	Unid.	Produto	Marca	Valor Unit.	Valor Total
4	3,00	UN	Balança Pediátrica Especificações Técnicas Mínimas (requisitos obrigatórios): Balança eletrônica pediátrica; Capacidade mínima de 15 kg; Divisão de leitura (resolução) máxima de 5 g ou 10 g, conforme capacidade do equipamento; Concha anatômica confeccionada em material resistente, atóxico e de fácil higienização; Display digital de fácil visualização; Função Tara; Função de retenção (Hold) ou estabilização automática da pesagem; Desligamento automático para economia de energia, quando aplicável; Alimentação por rede elétrica, bateria recarregável ou sistema bivolt automático, conforme fabricante; Base antiderrapante que proporcione estabilidade durante o uso, Possibilitar utilização da função Tara para pesagem com mantas ou outros acessórios; garantir estabilidade da medição mesmo com pequenos movimentos da criança, Concha com formato anatômico para acomodação segura do paciente; Estrutura estável e resistente ao uso contínuo;	LIDER LD230 BABY	545,00000	1.635,00



			Superfícies lisas, sem arestas cortantes e de fácil higienização, Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo do equipamento. Possuir aprovação e/ou certificação do INMETRO para instrumentos de pesagem, exigida pela legislação vigente; atender à regulamentação metrológica aplicável aos instrumentos de pesagem não automáticos destinados à área da saúde; possuir certificação de segurança elétrica, quando aplicável			
5	1,00	UN	BALANÇA DIGITAL Especificações Técnicas Mínimas (requisitos obrigatórios): Tipo: balança digital para pacientes: Capacidade: mínimo de 200 kg; Divisão mínima: 100 g (0,1 kg) Plataforma: ampla, antiderrapante e resistente a impactos Material da plataforma: aço inox ou alumínio com revestimento antiderrapante; Display: digital, fácil leitura, com luz de fundo opcional Funções adicionais: tara automática, desligamento automático, indicativo de bateria baixa; Alimentação: bateria recarregável ou pilhas AA, com autonomia mínima de 6 horas contínuas Estrutura: resistente e estável, com pés ajustáveis Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Atender às normas da ANVISA e regulamentações aplicáveis a equipamentos médicos e hospitalares Estar em conformidade com normas técnicas brasileiras (ABNT, IEC ou equivalentes). Ser adequado para uso seguro em unidades de saúde	LIDER P300M	770,00000	770,00
14	1,00	UN	Balança Antropométrica com Estadiômetro Especificações Técnicas Mínimas (requisitos obrigatórios): Balança antropométrica eletrônica com estadiômetro acoplado; Capacidade mínima de 200 kg; Divisão (resolução) máxima de 50 g até 100 kg e 100 g acima de 100 kg, ou superior em precisão; Plataforma em material resistente, com superfície antiderrapante; Display digital de fácil visualização; Função Tara e/ou Zero; Estadiômetro com faixa mínima de medição de 95 cm a 200 cm; Resolução do estadiômetro de, no máximo, 0,5 cm; Alimentação por rede elétrica, bateria ou sistema bivolt automático, conforme fabricante; Estrutura resistente e adequada ao uso contínuo em serviços de saúde. Plataforma ampla, estável e antiderrapante; Estrutura resistente ao uso contínuo; Bordas arredondadas e acabamento sem arestas cortantes; Estadiômetro com cursor de fácil deslizamento e leitura; Materiais resistentes aos produtos de limpeza e desinfecção utilizados em serviços de saúde; Equipamento projetado para proporcionar segurança ao paciente e ergonomia ao operador. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo do equipamento. Possuir aprovação e/ou certificação do INMETRO para instrumentos de pesagem, quando exigida pela legislação vigente; atender à regulamentação	LIDER P300C	843,00000	843,00



			metrológica aplicável aos instrumentos de pesagem utilizados na área da saúde; Possuir certificação de segurança elétrica, quando aplicável; ser fabricado com materiais resistentes e adequados ao uso em estabelecimentos assistenciais de saúde; estar em conformidade com as normas brasileiras de ergonomia, segurança do trabalho e demais regulamentações técnicas aplicáveis.			
			Total dos Produtos			R\$3.248,00

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. A Contratada receberá o valor total de **R\$3.248,00 (três mil e duzentos e quarenta e oito reais)**, que será pago pela CONTRATANTE até o trigésimo dia útil subsequente à entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal ou nota fiscal-fatura à Secretaria Municipal da Fazenda, devendo constar nela ou acompanhá-la o atestado de recebimento emitido pela Secretaria Municipal competente. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação. Vencido o prazo acima sem o respectivo pagamento, o valor será atualizado pro rata die pela variação do IPCA-E, ou outro índice que o governo indicar e que venha substituí-lo até a data do efetivo pagamento.

2.2. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§ 1º Na Nota Fiscal/Fatura, deverão estar destacados os valores relativos ao INSS e IR, caso ocorra o fato gerador deste ou outros impostos, sob pena de retenção dos valores no ato do pagamento.

§ 2º Fica expressamente estabelecido que no preço acima estão incluídos todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto especificado na cláusula primeira deste instrumento, constituindo-se na única remuneração devida.

OBS.:

I - Ao emitir a nota fiscal, a empresa deverá fazer constar, além do nº do edital (Pregão Eletrônico nº 019/2026), a especificação do item, nº do item, nº do empenho correspondente(s) sob pena de ter de refazê-la.

II - Para fins de pagamento, a licitante vencedora deverá informar na Nota Fiscal a Instituição Bancária, Agência e Conta para os créditos oriundos do fornecimento do produto licitado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ENTREGA



3.1 Os Produtos deverão ser entregues na sua totalidade, junto a Secretaria Municipal de Saúde. Rua Leopoldo Keitel – 179 - Bairro Portão

3.2 Entende-se por recebimento o descarregamento e acomodação dos produtos no local acima indicado.

3.3 A mercadoria deverá estar acompanhada da cópia da Nota de Empenho e da nota fiscal/fatura.

3.4 Caso fiquem constatadas irregularidades em relação ao objeto, ou mesmo não se enquadre nas exigências mínimas, resultará na não aceitação do objeto e substituição no prazo de 05 (cinco) dias.

3.5 O não cumprimento da obrigação, ocorrerá em penalidade, nos termos da Lei 14.133/2021, e deste Edital.

3.6 Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, serão aplicados, à CONTRATADA, sanções previstas neste edital e na legislação vigente.

3.7 A empresa proponente deverá examinar cuidadosamente as condições de fornecimento do objeto deste Edital, com especial atenção às penalidades estabelecidas para os casos de descumprimento das obrigações contratuais, ficando cientes de que a Municipalidade aplicará as sanções previstas.

CLÁUSULA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

4.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;



h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

4.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 4.1 deste edital as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

4.3. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 4.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

4.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

4.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

4.6. A aplicação das sanções previstas no item 4.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "b", "c" e "d" do item 4.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

4.7. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.



4.8. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

4.9. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

4.10. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

4.11. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "h" e "m" do item 4.2 do presente Edital exigirá como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

5.1. A CONTRATADA é obrigada a prestar os serviços contratados conforme especificações e em consonância com a proposta de preços.

5.2. A CONTRATADA é obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.3. A CONTRATADA é obrigada a providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE, se este estiver em desacordo com o solicitado.



5.4. A CONTRATADA é obrigada a arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência, imprudência, negligência ou imperícia cometida na execução do contrato.

5.5. A CONTRATADA é obrigada a arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.

5.6. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do fornecimento do serviço.

5.7. O preço ajustado na cláusula segunda inclui todos e quaisquer encargos trabalhistas e previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, artigo 121 da Lei 14.133/21.

5.8. A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados ao Município ou a terceiros, decorrentes da má execução dos serviços ora contratados, inclusive quanto a acidentes, mortes, perdas ou destruição.

5.9. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até 25% do valor inicial contratado.

5.10. O CONTRATANTE fica obrigado a fiscalizar o perfeito cumprimento das demais cláusulas do edital e do contrato.

5.11. O CONTRATANTE fica obrigado a comunicar à contratada, por escrito, sobre as possíveis irregularidades observadas no decorrer da execução do contrato ou quando do funcionamento irregular para imediata adoção das providências, para sanar os problemas eventualmente ocorridos.

5.12. O CONTRATANTE fica obrigado a proporcionar as condições necessárias para que a contratada possa cumprir o que estabelece o edital e o contrato.

5.13. O CONTRATANTE fica obrigado a efetuar os pagamentos no prazo e nas condições indicadas neste instrumento, e nos serviços que estiverem de acordo com as especificações, comunicando à contratada quaisquer irregularidades ou problemas que possam inviabilizar os pagamentos.

5.14. O CONTRATANTE fica obrigado a prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitados pelo preposto da contratada.

5.15. O CONTRATANTE fica obrigado a dirimir, por intermédio do fiscal do contrato, as dúvidas que surgirem no curso na prestação dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



6.1 As despesas com a execução do presente contrato, para o exercício de 2026, estão previstas nas dotações orçamentárias a seguir:

P.A 2125 (44905208-44905244-44905236-44905204) Recurso: 2621 4011 RBC

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1 O presente instrumento terá de 12 meses a partir de sua assinatura, por tratar-se de sistema de registro de preços, após o qual será rescindido automaticamente sem que haja necessidade de aviso, notificação judicial ou extrajudicial, podendo, entretanto, ser prorrogado e aditivado mediante termo aditivo com a concordância de ambas as partes.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1 Caberá rescisão do presente instrumento, sem que assista direito ao CONTRATADO indenização de qualquer espécie quando:

I - Não cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento, tendo a parte inadimplente o prazo de 5 (cinco) dias para alegar o que entender de direito;

II - A parte contratada transferir o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE;

III - Quando decorrido o prazo de vigência do presente contrato.

IV - Em observância às demais normas contidas no Art. 137 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA – DO ENQUADRAMENTO NA LEI

9.1 O presente contrato está vinculado ao Edital do Pregão Eletrônico nº. 019/2026, e à Lei Federal n.º 14.133/2021, mesmo nos casos omissos, ao qual o contratado obriga-se a manter as mesmas condições assumidas, com relação à habilitação e qualificação no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

10.1 A gestão contratual ficará a cargo da Secretária Municipal de Saúde. A funcionária da Secretaria Municipal de Saúde, Sra. **MARTA PETRI** ficará responsável pela fiscalização do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 Fica eleito o foro da comarca de Salto do Jacuí (RS), como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.



E por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito e declaram conhecer todas as cláusulas contratadas

Salto do Jacuí, RS, 01 de outubro de 2026.

K C R S COMERCIO DE
EQUIPAMENTOS
LTDA:21971041000103

Assinado de forma digital
por K C R S COMERCIO DE
EQUIPAMENTOS
LTDA:21971041000103


RONALDO OLÍMPIO PEREIRA DE MORAES

Prefeito Municipal – Contratante

KCRS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

Empresa Contratada

Testemunhas: _____